

uniformidades e anarquia

edson passetti*

Crianças indo para a escola uniformizadas, é uma imagem que atravessa lembranças e o dia-a-dia. Crianças uniformizadas entrando e saindo da escola, aprendendo a obedecer, a formar uma identidade, compondo um rebanho. Às vezes, dentre elas, a *ovelha negra*, o *lobo*. Uniformizadas desde pequenas, crescem até se tornarem adultas, atravessando os esportes, as fábricas e escritórios, laboratórios, hospitais, seminários e conventos, prisões. Crianças, jovens e adultos, uniformizados aprendem a trabalhar, a buscar a cura do corpo ou do espírito e por quem cuide de suas almas. Educados, eles sabem respeitar os castigos e temem as penas aos delitos cometidos. Procuram ser obedientes e responsáveis. Aguardam pelos pastores que zelam pela permanência da uniformidade, pelo voluntário assujeitamento ao superior de cada patamar da hierarquia que consagra a soberania da autoridade.

* Professor no Departamento de Política e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e Coordenador do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) da PUC/SP.

de central. Atuam em busca de direitos e querem melhorar de vida.

Crianças indo para escolas sem uniformes, vagando pelas ruas surpreendendo num furto ou assalto, numa brincadeira circense nas esquinas com o semáforo fechado, também estão em nossa vida diária transitando a pé, de ônibus, trem, lotação ou automóvel. Elas estão, escaparam ou foram expulsas da escola. Aprenderam a obedecer de maneira diversa no interior de uma educação pelo castigo. Umas, por adesão ou omissão, introjetaram valores disseminados por adultos; outras, aprenderam a obedecer por meio de sofrimentos físicos regulares aplicados ao corpo. Para umas o castigo corporal ou moral é um dispositivo terminal, a fronteira inevitável da eficaz educação familiar e escolar; para outras o castigo físico é a expressão do quanto se é intolerável diante da ordem. De ambos os lados, convivemos com realizações do castigo, como pedagogias que ensinam as crianças, na família e nas escolas, a aprender a viver em sociedade, zelando pela autoridade central. O superior deve ser desejado e alcançado por meio do respeito às normas e leis: é mantendo hierarquias e consolidando a autoridade central que se perpetua a saúde da sociedade, do país. A criança educada pelos valores superiores inicia e conclui sua vida perpetuando a era dos servos voluntários!

Max Stirner¹, no final da primeira metade do século XIX, mostra que a criança busca instintivamente um objeto. Ela luta por ele, explicita sua força e, simultaneamente, restringe seu uso à aquisição do objeto. Conquistá-lo é o seu desejo e prazer. Não há julgamento sobre esta disputa. O vencedor de hoje pode ser um derrotado num instante seguinte, em que os mesmos corpos disputam outro objeto. Trata-se de uma

prática que inventa o guerreiro e evita a criação do dominador e do seu subjugado. É uma luta entre corpos como parte da vida isenta de defesa a um valor superior. Entre crianças, a luta pelo objeto envolve a força e o cessar da força num exercício descontínuo que favorece o impedimento do vencedor contínuo e da perpetuação da guerra. As regras móveis por elas inventadas fazem com que cada uma se veja como única, legisladora que se dispensa de representação. Não sendo idênticas ou semelhantes rejeitam a constância da força física como elemento determinante; a força é parte da vibração dos seus corpos. Não há criança maior ou mais forte fisicamente que conseguirá dominar as demais, pois a mobilidade das regras favorece a inclusão ou a secessão, sem que isso traga marcas que não sejam as da própria batalha. Apartadas dos valores superiores, na luta por um objeto, as crianças evitam um sistema de dominação. Elas se afirmam como guerreiras na luta e contornam as condições para emergência da servidão. Constroem a vida como jogos de crianças, como sabemos desde Heráclito.

Os jogos de forças inventados e que decorrem da convivência com outras crianças fazem da busca pelo objeto desejado um percurso prazeroso, no qual muitas vezes o próprio objeto é substituído por outro. É uma luta como jogo sem finalidade maior, sentido ou meta que indiquem um apaziguamento dos instintos pelo exercício de uma razão universal. Sob o comando dos valores superiores dos adultos, a brincadeira de guerra pela vida se transforma em guerra justa para dominar a vida. Aos poucos, as artimanhas da razão apartam os pequenos guerreiros para os educar como futuros cidadãos, soldados, trabalhadores que recebem ordens. Em lugar dos impulsos da força de cada um, domina a soberania da palavra universal construindo

os *donos* dos objetos, segundo juízos dos valores superiores consagrados pelo sistema de recompensa e punição, caracterizando o ciclo da sociabilidade autoritária, no qual somos alvo da força de um superior e ao mesmo tempo fazemos do outro o alvo de nossa força. É aprender a obedecer por palavras, atos e castigos para construir o outro como Eu. Nossas identidades devem estar fundadas em semelhanças em direção a uma formação universal benéfica ao indivíduo e à sociedade, em sua defesa e como anteparo aos pais, aos professores, ao Estado. Todos, sem distinção de sangue ou classe devem aprender a seguir seus superiores e mandar nos que estão abaixo, em nome do direito, da religião, da impessoalidade, do egoísmo e do altruísmo, do individualismo e do coletivismo. Forma-se, assim, uma sociabilidade bem demarcada por uma naturalização do mando, na educação de cada um pela punição como parte da tradição dos costumes. É preciso perpetuar a duplicidade súdito-soberano, uma tradição na modernidade sob reforma constante. A modernidade é a era do amor ao castigo, da boa educação, da sábia obediência, da desesperada busca por se tornar adulto o mais rápido possível e da inevitável condição material que exige que algumas crianças se tornem adultos responsáveis em pouco tempo. Algumas serão localizadas como perigosas, possíveis delinquentes, com comportamentos desviantes, anti-sociais, marcadas, separadas e decifradas em nome da boa sociedade a ser preservada.

A educação familiar e escolar voltadas para formação humanista e de inserção futura no mercado de trabalho moldam os valores superiores provenientes de autoridades centralizadas fortalecendo a utopia de adultos por meio da mobilidade social. Aos poucos, a força inicial de cada criança vai sendo domesticada,

em nome do consenso e do diálogo, por condutas orientadas por idéias abstratas, educando-a para a formação segundo a moderna utilidade. Trata-se de um *processo* que aciona a força física ou moral do pai, da mãe, dos parentes, preceptor, professor, clérigo ou leigo responsável: a força do castigo educa, engrandece a moral e baliza os devidos comportamentos. Faz concretizar o cidadão ético responsável.

No trajeto para a vida adulta, a adolescência é para cada única criança sua experiência trágica. É o momento que exige a abdicação definitiva da luta pelo objeto para se entregar ao culto aos valores maiores, assumindo uma identidade de assemelhado, um soldado para a guerra justa. Os que se revoltam contra o modelo da criança como miniaturização do adulto e sua correlata imagem de jovem responsável, muitas vezes são tidos como problemáticos, doentes, anormais e mesmo precoces marginais, necessitando de tratamentos que vão do atendimento psicológico particular à internação em instituições repressoras. A juventude, segundo Max Stirner, é um momento decisivo para cada único, diante da imposição racional universal dos valores pretendendo docilizar a contundente existência dos indomáveis instintos. É o instante em que a sociedade nos exige comuns: a tragédia atinge cada jovem em qualquer classe social. É preciso ser egoísta alerta Stirner diante deste abstrato bem coletivo ou social defendido pelos crentes na superioridade teológica e racional que consagra a importância do Estado. A juventude sinaliza o momento esperado de cada um diante da adesão à razão superior, sua crisma à adesão, ao reconhecimento que o superior nos traz paz por meio da domesticação dos inferiores instintos. Devemos estar aptos para a convivência. É a onipotência da razão diante da inevitabilidade do sexo,

do incontrolável, do indomesticável, do inominável, que localiza, confina, separa e expõe o anômico e o perigoso.

De maneira sutil ou brusca a adolescência é composta de instantes que explicitam os domínios e as resistências, o furor e a calma, as paixões e as durezas, os múltiplos amigos, a potência do sexo, o tesão e a tensão razão/instinto jamais solucionada e se vê impelida a transformar a tragédia em ideal ascético. Devem desaparecer a criança, o jovem e o guerreiro, para aparecer o soldado que morre pelo *povo*, o batalhador e responsável cidadão contemporâneo.

Neste momento acontece o alinhamento dos recortes de cada existência. Para cada um resta uma definitiva chance num dramático ciclo em busca da felicidade. Jovens das diversas classes sociais, em especial os miseráveis, ficam expostos a prisões e à morte precoce em nome da boa formação de adolescentes, o futuro de uma nação, do povo, da propriedade.

A população se tornou propriedade do Estado moderno que dela dispõe segundo os fluxos dos momentos, sob a forma de biopolítica. Uma lei geral se estabelece, a lei do castigo e das moderações e tolerâncias, na qual cada um deve aprender que o mundo é dos mais fortes, dos mais preparados, dos mais inteligentes. O Estado espera o melhor de cada potencial cidadão. Por isso lhes garante *direitos* e ama seus devotos. É ameaçando punir e vigiando que se previne a sociedade do perigo, educam-se os mais fracos e se *cuida* humanitariamente dos desiguais. Aos que extrapolam, a prisão, mesmo sendo um fracasso e transformada de ideal da reeducação em depósito de corpos indesejáveis, permanece como uma eficaz imagem do limite da punição².

Diante das uniformidades e continuidades apresentadas por família, escola e leis, as autoridades superiores e suas misericordiosas sentinelas acham-se capazes de educar cada criança ou jovem em nome do UM (deus, rei, tirano, raça, senhor, povo, proletariado), o ápice da centralidade governando os outros e normalizando comportamentos pacificadores de instintos *negativos*. Crianças, jovens, índios, negros, mulheres, velhos, operários, escriturários, foram sendo apanhados gradativamente como objeto de investigação científica, de normalizações, objeto de investimento da razão em nome da liberdade e autonomia de cada sujeito livre que admite e engrandece sua condição de súdito.

Crianças sorridentes e coradas na janela lateral de um automóvel; crianças atordoadas e atordoantes numa perua escolar, crianças de olhos arregalados nos ônibus, trem e metrô; jovens cabisbaixos bem vestidos, em bandos promovendo Algarvias, jovens cabisbaixos magros, surrados, em bandos promovendo furtos e assaltos; eles são expressões inconciliáveis com a civilidade que se pretende eterna, uniformizadora por meio do castigo e que pode dispor da vida de quem discorda da construção de uniforme como um bem universal.

A cultura do castigo, diante da desigualdade naturalizada e sob perspectiva de soluções sociais, perpetua sua continuidade por meio de reformas que vão do assistencialismo à compensação, difundindo o desejo reformista. Para suprir a falta é preciso repor, completar, acomodar, ajustar medidas, orçamentos e idéias. Modificam-se leis, certos delitos são suprimidos e substituídos por outros a serem penalizados como se houvesse uma ontologia do crime.

Crianças e jovens devem aprender a respeitar; esta é a lei da autoridade superior, da uniformidade a qualquer instante e sob quaisquer circunstâncias. Diante desta continuidade, atuam as descontinuidades nas honrosas lutas inventadas pelos pequenos guerreiros pelos seus objetos, com suas regras maleáveis de convivência, o desconhecimento do culto ao UM, a vida na experiência livre das conservações e de suas utopias. Para as crianças inexiste a sociedade, apenas a associação livre de pessoas únicas e guerreiras.

Não soa estranho que Max Stirner tenha respondido de imediato tanto contra o Estado moderno quanto à sua substituição pela Sociedade como fizeram os socialistas — criticando abertamente a metafísica do anarquista Proudhon tomado por ele como liberal social — com a noção de associação de únicos, uma associação de amigos, podemos completar, lembrando ao lado com Nietzsche, que o amigo é o melhor inimigo: aqui não há leis fixas, constantes, imutáveis. Abandonando a maioria, o universalismo e a uniformidade sem culpas, Stirner reconhece, instintivamente, que diante da relação maior-menor é preferível ser menor sem almejar maioridades³ e pensar criança diante dos idealismos e dos materialismos adultos universalistas que massacram os jovens iracundos.

Todos, alguns, muitos e uns

A partir de Etienne de la Boétie, uma série de autores problematizam o soberano não só como o governo do Um. Dimensionam a condição de servidão voluntária do súdito na qual se prefere aderir ao soberano, renunciando a si mesmo. Diante da uniformidade política fundada no exercício legítimo da autoridade central, a revolta de alguém, contra a condição na qual

o superior governa (rei, aristocracia ou povo) e o rebanho (de escravos ou cidadãos) se conforma, inventa uma experiência de vida na descontinuidade. São revoltas do único contra o UM, de grupos contra o soberano, de classe contra o Estado (autoritário ou democrático), enfim, desde a modernidade, querendo um príncipe, seguindo Maquiavel, ou um sujeito livre de soberano, como sugeriu La Boétie no século XVI e anarquistas no XIX, não há regime, de um rei, de alguns aristocratas ou vanguardas, de muitos cidadãos livres no Estado, de todos os socialistas, portanto de um, alguns, muitos e todos, que não esteja abalado pela revolta de cada único diante da autoridade fundada na tradição, na força superior, no indivíduo, no coletivo.

O regime de todos é sinônimo de tirania (todas as vontades são dali dirigidas pelo exercício arbitrário de falar em nome dos outros), de monarquia (para frente e para atrás da adesão hobbesiana à conservação da espécie) ou ausência de regime (a utopia socialista por meio da tomada do Estado). Fundamentam-se na crença numa exclusiva autoridade central que preserva ou inova, que pretende eternizar-se ou ser meio para uma infinita condição evolutiva superior. Por mais que se esforcem os teóricos e os governantes, convencendo ou punindo, reeducando ou matando, fazem do regime de todos uma utopia, um consolo.

Os aristocratas, apesar da cantada decadência, seduziram muitos estudiosos e foram referências históricas às continuidades das dominações políticas, como no evento capitalismo/burguesia. Os intérpretes universalistas buscaram no agrupamento formado pelos especiais (pela tradição, sangue, propriedade ou razão verdadeira) justificativas para necessidades e domínios superiores fundados em legitimidades a

governos que oscilaram entre aristocracia e oligarquia, e na razão moderna com a soberania popular, entre elites ou vanguardas. O governo de *alguns* como o aristocrático (positivo) possui seu reverso, o oligárquico, formando governos de minorias numéricas para minorias. Entretanto, no governo democrático em que a autoridade emana do povo como representação de *muitos*, forma-se uma maioria a ser governada por *alguns*, as elites.

Sabe-se pela teoria dos regimes políticos que os tipos são idealizações e que acontecem na história de maneira mista. Eles apenas enfatizam a situação de força que prepondera. Do anarquista Pierre-Joseph Proudhon ao liberal Max Weber, sabemos que os estudos dos regimes são mais contundentes quando ao lado da tipologia como instrumento de análise se atenta para a impossibilidade de encontrar na história o tipo ideal. Proudhon sinalizou para o descarte de qualquer idealização ainda que inspirada na realidade, enquanto Weber lançou mão da idealização para atingir a compreensão na história na qual a inevitável relação entre autoridade e liberdade se ajusta regulamentada pelo Estado. Proudhon também defendeu, no século anterior a Weber, que a referida relação é indissociável, mas indicou que segundo a predominância de um dos princípios, no caso o da liberdade sobre o da autoridade, a existência ultrapassa a inevitabilidade de Estado e da centralidade de poder, afirmando, então, uma descontinuidade na uniformidade. De maneira que, se para Weber a democracia parlamentar é o ápice da razão moderna, inclusive em função dos fenômenos de massa, para Proudhon a democracia moderna é a condição em trânsito para o regime da liberdade, da Anarquia. Entende-se desta maneira *porque* os anarquistas são simpáticos à *idéia* de democracia e críti-

cos à democracia representativa como seqüestro da vontade pessoal. Compreende-se, também, que o alvo anarquista é o liberalismo e o regime da propriedade.

Para os anarquistas, o socialismo estatal como sinônimo de comunismo é o regime de *mais* autoridade, é ditatorial e efêmero. Ainda que anarquistas e socialistas estatistas seguidores de Marx estejam no mesmo âmbito do discurso igualitário e socialista, distinguem-se radicalmente. O comunismo para Proudhon é potencialização da propriedade patriarcal e da tirania, jamais levando à sociedade igualitária. Os anarquistas, portanto, nada têm a dizer a respeito das lutas entre as vanguardas *esclarecidas* do socialismo e as *eficientes* elites liberais. Weber e Lenin duelaram no século XX pela supremacia de uma sobre a outra, segundo a defesa da propriedade capitalista ou socialista e suas efetivas produtividades. Pouco importam as vitórias proclamadas pelos seguidores de um ou outro lado. Elas permaneceram efêmeras e circunstanciais. Cada vitória deu a um ou outro seu momento de glória e manteve intacta a uniformidade do governo de alguns (elite ou vanguarda), num governo de muitos (a democracia) ou de todos (socialismo).

Com La Boétie, nos primórdios modernos, e depois, desde o século XIX, com Proudhon, os libertários apareceram para discorrer sobre a possibilidade da sociedade sem Estado. Isso não estava mais restrito ao âmbito das idealizadas sociedades primitivas, dos nomadismos do passado e das utopias. No momento presente ou no futuro, segundo a vontade de pessoas livres, pode-se falar e fazer anarquia. O paraíso, que estava no céu e na Terra desde os liberais, e na Terra e não mais no céu com os socialistas estatistas, deixa de ser a metáfora preferencial. O anarquismo de Proudhon tanto quanto a reviravolta de Stirner sina-

lizam para a vida livre sem que uma revolução determinista e providencial aconteça para fundar igualdades, sem que uma razão superior nos conduza e interprete: a vontade de igualdade sucede a qualquer instante.

A razão moderna e científica se afirmou apoderando-se da majestade teológica para se mostrar capaz de domesticar os instintos. Foi o atestado de maioridade do homem livre diante das religiões e dos comandantes que evitavam auscultar as pulsações dos seres vivos. Expressou o universal terreno que liberta cada um da servidão material ou política, instituiu a lei e a representação como maneiras de compreensão do todo (o Estado) por cada parte (o indivíduo e as instituições), colaborando para a primazia do governo das partes representadas diante da ameaça da ditadura do todo onipotente e consciente (Estado socialista, Estado fascista e regimes ditatoriais em geral). A razão moderna não procurou suprimir arbitrariamente o universal teológico. Mostraram isso Marx e Proudhon, enfatizando a composição direito universal e religião livre como partes indissociáveis na defesa da propriedade privada afirmando a inevitável desigualdade e formalizando a igualdade política ou emancipação política⁴. O Estado tanto quanto as religiões estavam preservados. Um como forma hierárquica de continuação da autoridade centralizada, as outras livres da tirania do domínio de uma religião soberana. A libertação das verdades propiciou, ao chamado mundo livre, as múltiplas formas combinadas de governos com ou sem associação com religiões. Nos termos do século XIX, tanta vontade de verdade não conteve socialistas e anarquistas que fundaram as verdades da emancipação humana como estágio seguinte a ser alcançado diante da emancipação política que se concretizava.

Tanta vontade de saber fez irromper na continuidade estatal (de liberais e conservadores) ou na sua descontinuidade como meio (dos socialistas, conquistando o Estado para levar à emancipação humana por meio do planejamento da produção organizado cientificamente pelas vanguardas) ou fim (dos anarquistas, abolindo simultaneamente propriedade e Estado) brilhantes conclusões como: o capitalismo é eterno porque não há uma determinista lei socialista da história ou ainda, que inevitabilidades científicas sinalizam para a sociedade igualitária. As utopias de cada um e para todos permanecem sendo seus referidos consolos, sem dúvida, com esplendor menos reluzente que os religiosos.

Do ponto de vista político, depois de idas e vindas, a democracia passou a ser reconhecida como o *melhor dos regimes*. No passado defendida pelos liberais, ressaltando suas imperfeições (dentre outras: o povo transformado em massa, a ditadura da opinião pública, o desgaste da representação, as inevitáveis corrupções no Estado, as morosidades judiciárias, a *escalada da violência urbana* e a inevitável miséria). No presente advogada pelos liberais, conservadores e ex-socialistas ou *neosocialistas*, formando, agora, uma calorosa recepção aos antigos e abomináveis reformistas sociais-democratas. E assim, com o fim do socialismo estatista, enquanto pretensão à hegemonia planetária, a democracia se transformou em via de regra no regime para todos.

Seja pela adesão dos neosocialistas, pelo reconhecimento dos anarquistas para atingir a sociedade igualitária, pelos liberais de ontem e hoje e até os conservadores, a democracia passou a ser inquestionável diante de qualquer adjetivo que acompanhe o substantivo. Se assim for, estamos diante de uma encru-

zilhada já conhecida, um eterno retorno ao mesmo Estado ou não-Estado, uma oposição entre absolutos?

O indivíduo moderno rompeu com o absoluto divino, sem com isso abandonar a religião. Novas religiões da razão apareceram, incluindo a da consciência superior chefiada pelos sacerdotes cientistas da sociedade. O rompimento formal com o divino não promoveu o rompimento com o absoluto, com as religiões, com a cultura da hierarquia. A oposição entre a razão moderna e a teologia constituiu-se num novo artifício no interior do discurso hierarquizador. Da mesma maneira, a oposição entre as verdades Estado e não-Estado não ultrapassou a obviedade em opor Estado a Sociedade. O discurso socialista (estatista ou anarquista) contrapôs Sociedade (atingida após a tomada violenta do Estado pelo partido da revolução e sua vanguarda científica, ou pela abolição do Estado por meio de revolução violenta ou pela federalização política e mutualismo econômico entre as associações) a Estado, e nesta inversão forjou suas utopias. Da ajuda estatal à ajuda mútua, os socialistas tomando ou abolindo o Estado, não conseguiram *pensar* senão noutra Sociedade, nova fusão entre razão individual e o coletivo, outro absoluto (onde predominou indivíduo, agora prevalece coletivo). Como críticos da metafísica que mostravam afinidades entre Estado moderno e religião, por suas próprias vias tortas, também afirmaram outro absoluto, nova continuidade, inventaram uma nova religião para todos fundindo cristianismo e humanismo. É muita utopia para pouco incômodo.

Fim de século XX: diante dos egoísmos burgueses, os altruísmos socialistas estatistas se dissiparam e ambos se combinaram no ajuste por meio de uma justiça social escorada na filantropia privada e pública, fazendo crer numa eternização do capitalismo, do Es-

tado, da democracia, da vontade de paz para outras guerras, dos direitos perante a inevitável miséria e das *distribuições* da renda à merenda e ao uniforme da criança escolarizada. Colocaram-se eqüidistantes quanto ao conceito que abarca tal situação: aos que defendem a globalização, os que lutam por uma *outra* globalização. Outra vez se dispuseram em opostos positivos e negativos, girando em torno dos mesmos elementos. Os anarquistas, por seu lado, após terem sido decretados mortos com o final da Guerra Civil Espanhola e ressuscitados depois de 1968, voltaram aos fluxos contemporâneos da política para colaborar com o desassossego.

A uniformidade de Estado convive até hoje com o incômodo que foi sua recriação como uniformidade de Sociedade. Querer fazer crer que isso acabou e que o inevitável se instituiu com o capitalismo e a democracia em escala evolutiva até atingir os Estados orientais, fundados em tradicionalismos superáveis pelo convencimento ou pela belicosidade, como se diz entre pessoas comuns: é fazer água. A democracia, paradoxalmente, é a comodidade e o incômodo do capitalismo atual. É um obstáculo aos *impérios* e às suas expansões, e um artifício circunstancial vivenciado por socialistas aguardando o momento exato para dar o bote e realizar a *verdadeira* justiça social, desarticulando, progressivamente, a propriedade privada. É uma *realidade* propícia para os anarquistas inventarem suas associações.

O regime socialista, o governo de todos pela representação do partido e sua vanguarda, cedeu o lugar ao governo de muitos, a democracia, que representa a todos e que governa por meio de alguns (as elites econômicas, sociais, políticas e militares). Nesta suposta descontinuidade o indivíduo livre e autônomo per-

manece sendo uma utopia, um ideal para o qual nos destinamos, o Bem que devemos almejar. Eu e você morreremos, então, felizes, com a consciência tranqüila, sabendo que no futuro outros viverão este ideal.

Disseram, no século XIX, Proudhon, Marx e Nietzsche: a democracia será a religião do rebanho no próximo século. Proudhon procurou libertar-se do absoluto, das substâncias e causas, dos sobrenaturais, das idealizações e teorias, voltando-se para análises por meio do método serial, investindo em estudar as séries autoritárias e libertárias, em afirmar que uma revolução nada mais é do que reposição da autoridade central. Marx mostrou como a democracia faz viver o domínio burguês, a forma *ideal* do regime para Estado capitalista por fazer crer na igualdade formal que legitima a desigualdade, difundindo a universalidade da lei e do direito. Nietzsche procurou mostrar como o cristianismo se transformou em democracia, e ponto⁵.

Todos, muitos e alguns... Etienne de La Boétie, com seu escrito de jovem, *O discurso da servidão voluntária*, para os jovens, dizia que qualquer regime do Um é sempre uma tirania. Onde ficaram os anarquismos? Os anarquismos são criações de anarquistas que vivem a Anarquia, um regime de liberdade. Não há o anarquismo como se propaga, mas anarquismos, diferentes, coexistindo, inventando a vida. Os anarquistas não são apenas agitadores de rua, bem humorados incômodos aos homens de governo⁶, agentes do passado, grandes homens responsáveis pelo início do movimento operário no Brasil, os iludidos integrantes de movimentos pré-políticos, espectros do passado... Não tentem matá-los em nome do saber ou da prática mais justa. Eles sempre voltam, porque nunca saíram de circulação... Expressam a inocuidade das tiranias. Con-

tra eles não há vacina, desinfetante, consolo ou força física. A liberação, quando prevalece diante da libertação, sinaliza para experiências de vida e os anarquismos, livres das suas sentinelas que guardam os escritos dos principais formuladores como livros sagrados, a qualquer momento são invenções libertadoras. Traduzindo os ensinamentos em cultos, são agentes libertadores em nome do absoluto Sociedade igualitária, e quer queiram ou não, inscritos na uniformidade, muitas vezes pretendendo substituir os sacerdotes, os cientistas e os professores universitários, com suas singelas devoções. A atualidade dos anarquismos não está no seu passado, mas na sua interpelação no presente.

Não há um anarquismo correto ou anarquistas mais anarquistas que outros. Diferentes, eles se associam para inventar a vida, coexistindo, inventando éticas dos amigos como abrigos precários. Mesmo entre os que esperam pela Sociedade, o que distingue os anarquistas dos demais socialistas é que eles inventam associações para a vida no presente. Podem estar em movimentos de contestação, mas não é essa a atitude que os faz anarquistas. Nesta guerra pela existência são guerreiros que não objetivam subalternizar os outros. Uns não pretendem ser mais verdadeiros que outros. Formam associações, quiçá federações fundadas na ajuda mútua, em associabilidades libertárias. A anarquista Emma Goldman, no seu *Living my life*, disse que os anarquistas são aristocratas, como Nietzsche. Não de sangue ou dinheiro, mas como o filósofo, de inovação e poesia. Aristocrata sem o ser, experimentando ser criança, vai formando uma associação não mais de alguns, incluindo a vanguarda, mas apenas de uns. Nem longe nem perto do mundo novo ou da utopia, sem tempo para o tempo e sem perda de

tempo, no espaço de agora, nestes *outros espaços*, nesta urgente ágora heterotópica.

Um anarquismo atual pretende o pensar criança, analítico, buscando objetos, força inventiva, como associação de únicos, livre do Eu me governando, atingindo a Sociedade como alvo. Não pretende ser identificado. Está vivo e único. Está dentro e fora dos anarquismos. Estamos todos vivos. Somos uns *incômodos*.

Jovens universitários sentados em fileiras, dia após dia ouvindo, opinando e seguindo seus mestres. Isto não é uma lembrança!

Notas

¹ M. Stirner. *El único y su propiedad*. México, Juan Pablos Editor, 1976; *O falso princípio de nossa educação*. São Paulo, Imaginário, 2000; “Algumas observações provisórias a respeito do Estado fundado no amor”. São Paulo, Verve, 2002, n° 1, pp. 13-21.

² “O sistema penitenciário, quer dizer, o sistema que consiste em internar pessoas, sob uma fiscalização especial, em estabelecimentos fechados, até que elas se emendem — isso é ao menos o que se supõe —, fracassou totalmente. Esse sistema faz parte de um sistema mais vasto e mais complexo que é, se o senhor quiser, o sistema punitivo: as crianças são punidas, os alunos são punidos, os operários são punidos, os soldados são punidos. Enfim, se é punido durante toda a vida”. M. Foucault. “Prisões e revoltas nas prisões (1973)” in M. B. Motta (org.) *Estratégia, poder-saber, Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro/São Paulo, 2003, p. 65.

³ G. Deleuze. *Para uma literatura menor*. Falando de Kafka, também, Georges Bataille (*A literatura e o mal*. Porto Alegre, LP&M Editores, 1989, pp. 129-148) o vê como autor que não teme a criança diante da autoridade do pai, a autoridade eficaz: “você só pode tratar uma criança conforme sua própria natureza, com energia, ruído e cólera...” (*apud* Bataille, p. 135), reconhecendo sua própria crueldade, acrescentaria Antonin Artaud. Os comunistas, segundo Bataille, tendem a ver Kafka como autor *menor* (criança) em relação ao adulto revolucionário comunista, o ápice da razão, por abandonar o leitor à sua própria conclusão. Kafka é menor como literatura que não pretende maioria e literatura como infância reencontrada, como pretende Bataille. “Diante da necessida-

Uniformidades e anarquia

de da ação, impõe-se a honestidade de Kafka, que não concedia direito algum” (Bataille, *idem*, p. 10).

⁴ “O direito é a política: no fundo foi a burguesia que, por razões políticas e sobre a base de seu poder político, definiu os princípios do que se chama direito”. M. Foucault, *idem*, p. 142.

⁵ P.-J. Proudhon. *O princípio federativo*. São Paulo, Imaginário/Nu-Sol, 2000; K. Marx. *A questão judaica*. São Paulo, Editora Moraes, s/d; F. Nietzsche. *Genealogia da moral*. Lisboa, Guimarães Editores, 1992.

⁶ Por encontrar-nos na PUC-SP, gostaria de lembrar, brevemente, dois episódios. Cena 1: Em 1977, as forças repressoras do Estado invadiram a PUC-SP e espancaram estudantes que se reuniam para retomar a antiga UNE – União Nacional dos Estudantes. Cena 2: Mais tarde, estas mesmas forças, incendiaram o TUCA (fato jamais provado na justiça). Cena 3: Um ano após estes acontecimentos, estudantes anarquistas que realizavam a autogestão na sua associação visitam o Coronel Erasmo Dias, em seu gabinete e o presenteiam com bandejas contendo *bombas de chocolate*. Cena 4: 2003, Fórum Social Mundial, PUC-RS, uma jovem do *Confeiteiros sem fronteiras* lança uma torta no rosto do presidente de um partido político, sinalizando ser a pessoa parte dos *Três patetas*, seriado estadunidense que mostra estapafúrdias relações vividas pelos personagens. Cena Final: Nem o Cel. Erasmo Dias, nem o presidente do referido partido apreciaram os gestos. Ambos alegaram, nas duas datas, que vivíamos numa democracia plena.

RESUMO

Não há nada mais cômodo do que o regime da uniformidade. O incômodo como uma criança é a prática do desassossego, uma experimentação de liberdade.

Palavras-chave: anarquistas, liberdade, incômodo.

ABSTRACT

There is nothing more accommodated than the regime of uniformity. The annoyance, like the child, is the practice of unrest, an experimentation of liberty.

Keywords: anarchists, freedom, annoyance.